

Afganistão: ONU pede aprovação de lei que criminaliza violência contra as mulheres

20 de maio de 2013 · Notícias



Recomendar



+1 0

Tweetar

11

Tamanho da fonte: 



Foto: UNAMA

Funcionários da Missão de Assistência da ONU no Afeganistão (UNAMA) e da ONU Mulheres no país pediram que o governo afegão implemente integralmente a lei que protege as mulheres contra o casamento infantil e outras formas de violência. O parlamento deveria ter aprovado a legislação no último final de semana após o país assumir o compromisso com a comunidade internacional.

O presidente Hamid Karzai aprovou a lei de Eliminação da Violência contra as Mulheres (conhecida pela sigla em inglês



SEGURANÇA DE JORNALISTAS

[Acesse o site especial](#)



Imprensa

Ação no Twitter mobiliza sociedade por redução da mortalidade materna no Brasil 20/05/2013

Distrito Federal promove cadastramento inédito de pessoas com doença falciforme 20/05/2013

[Todos os comunicados »](#)



MEU 



EVAW) em 2009, mas ela ainda tem de ser ratificada pelo parlamento. O debate entre os legisladores foi interrompido no último dia 18 de maio.

“A comunidade internacional e o Conselho de Segurança esperam que as autoridades afegãs respeitem e promovam as obrigações nacionais e internacionais do Afeganistão e das normas legais em matéria de direitos humanos”, disse um comunicado conjunto nesta segunda-feira (20) da UNAMA e da ONU Mulheres no Afeganistão.

A representante da ONU Mulheres no Afeganistão, Ingibjorg Gisladdottir, pediu ao governo afegão e ao parlamento que respeitem e defendam os direitos fundamentais de mulheres e meninas e que garantam que a lei seja implementada.

“É imperativo para o desenvolvimento do Afeganistão que as mulheres sejam capazes de exercer os seus direitos e sejam livres da violência em suas casas e locais de trabalho”, disse.

A lei criminaliza inúmeras formas de violência, incluindo o casamento infantil, o casamento forçado, a compra e venda de mulheres para o efeito ou com o pretexto de casamento, a prática tradicional da ba'ad — que exige a doação de uma mulher ou uma menina para resolver uma disputa — estupro, agressão física, entre outras formas de violência. A lei ainda especifica a punição para os agressores.

De acordo com um estudo da UNAMA publicado em dezembro, “ainda há um longo caminho a percorrer” na aplicação da lei devido às lacunas nas investigações, como resultado de restrições culturais, normas sociais e tabus, bem como a insegurança e a fragilidade do Estado de Direito.

Chefe da UNESCO destaca progressos na educação

[Contatos de imprensa »](#)



Começa o Fórum Permanente da ONU sobre Questões Indígenas

Japão apoia projetos da Unido de tecnologias verdes em África

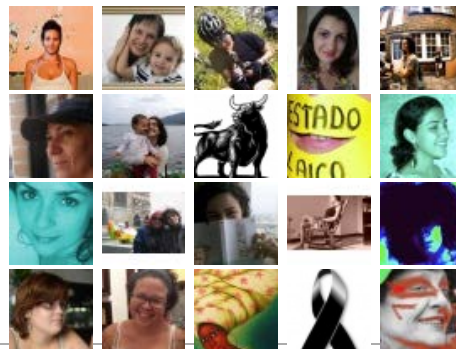


ONU Brasil



Você curtiu isso.

Você e outras 68.212 pessoas curtiram ONU Brasil. 68.212 pessoas curtiram ONU Brasil.



[Campanhas](#)

[Eventos](#)